

**TERMO DE REFERÊNCIA****PROCESSO Nº 48400.700125/2019-75****TERMO DE REREFÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA A REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA ANM, EM BRASÍLIA-DF****1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Básico e revisão, atualização e elaboração do projeto executivo para a reforma do Edifício Sede da ANM, em Brasília-DF, conforme exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor máximo unitário aceitável
1	Serviço de elaboração de Projeto Básico e revisão, atualização e elaboração do projeto executivo para a reforma do edifício Sede da ANM	Serviço	1	R\$ 489.120,62

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.4. O prazo de vigência do contrato é aquele previsto no instrumento contratual.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O atual Edifício Sede da ANM-DF foi construído na década de 70 sem nunca ter passado por uma reforma abrangente que pudesse prolongar a vida útil dos sistemas da edificação, fato que ocasionou considerável desgaste das suas instalações prediais, tendo em vista que as manutenções preventivas e corretivas realizadas não produziram efeitos que pudessem garantir condições satisfatórias de segurança, estéticas, de contra-incêndio e pânico, sanitárias, elétricas e de operação, entre outras. Esta situação vem se agravando com maior velocidade com o passar do tempo, o que tem sujeitado os equipamentos, documentos e usuários da edificação a consideráveis riscos e desconfortos.

2.2. Apesar de esta situação ter sido constantemente alertada e comprovada pela Divisão de Infraestrutura (antiga Divisão de Engenharia) e de terem sido elaborados alguns projetos para a reforma geral da edificação, nenhum deles foi executado devido principalmente a restrições orçamentárias a que o órgão (antigo DNPM e atual ANM) foi submetido.

2.3. O edifício, portanto, continuou com graves problemas em seus sistemas e assim o Ministério Público do Trabalho, após 4 anos solicitando uma solução definitiva, determinou a interdição do edifício até dia 31 de dezembro de 2018, conforme documento SEI nº 0326156. Foi iniciado, portanto, processo para locação de imóvel (Processo SEI nº 48400.702.267/2018-96), porém após sua conclusão e análise a Diretoria decidiu por não proceder à contratação do aluguel e consequentemente, não viabilizar a mudança dos servidores de edifício. Em documento enviado ao Ministério Público (Doc. SEI nº 0417644) a Diretoria propõe a reforma do edifício em 2 partes sendo que apenas a metade dos servidores será realocada e a outra metade permanecerá no edifício durante a reforma, considerando-se, contudo, as condições de trabalho que serão mantidas em todo o período de reforma.

2.4. Além disso, destaca-se que, segundo a orientação da Diretoria e da Superintendência de Administração e Finanças, há necessidade de redução dos custos de reforma que foram estimados em projetos anteriores

2.5. Por fim, é importante ressaltar que a contratação que se intenta por meio deste AnteProjeto Básico não envolverá a elaboração dos Projetos de Instalações de Água Fria, Hidrossanitárias, Cobertura, Sistema de Para-Raios, Climatização e Paisagismo, tendo em vista que os estes serão aproveitados dos projetos já elaborados para o edifício anteriormente, já que as modificações necessárias à atualização do projeto não terão influência sobre as disciplinas citadas.

2.6. Entretanto, a produção de documentos, análises, bem como demais considerações e ações sobre a compatibilização de projetos, memoriais, especificações técnicas, formatação de cronograma físico-financeiro e orçamento analítico divididos em 3 etapas, ficarão a cargo da empresa Contratada por meio deste AnteProjeto Básico.

2.7. Sendo assim, foi elaborado o presente Termo de Referência para contratação de empresa especializada em elaboração de **Projeto Básico da Obra de Reforma do Edifício Sede da ANM/DF** de acordo com as especificações.

### 3. OBJETIVO

3.1. Promover a revisão, atualização e elaboração dos projetos de Arquitetura de Interiores, Mobiliário, Esquadrias Externas, Instalações Elétricas, Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios, Impermeabilização do Espelho d'água, Sistema CFTV e Controle de Acesso, Rede de Telecomunicações, Memoriais Descritivos, Especificações Técnicas e Cadernos de Encargos, Orçamento Analítico (incluindo composições de custos unitários) e Cronograma Físico-Financeiro, de modo que se permita a futura contratação da obra de reforma de maneira adequada e com um compêndio de documentos técnicos, com nível de precisão apropriado, necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da Lei Federal 8.666/93, e que representem soluções construtivas coerentes com as atuais exigências normativas, com os materiais e equipamentos do estado da arte da tecnologia contemporânea, e com as atuais demandas que a edificação e a ANM apresentam.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Tendo em vista as restrições orçamentárias a que o Serviço Público Federal tem passado, é necessária a elaboração de projeto de reforma em etapas visando sua posterior execução também por etapas de modo a parcelar os gastos públicos.

### 5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. A empresa contratada deve comprovar que possui condições de executar os serviços, conform o item de qualificação técnica que será descrito em item posterior

6.1.2. Após o término dos serviços, encerra-se o contrato entre a contratante e contratada, sendo portanto um serviços não continuado

6.1.3. Os projetos a serem elaborados devem atender ao Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 o qual estabelece critérios e praticas para a sustentabilidade.

6.1.4. Deve haver declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço conforme termo de vistoria que será emitido pela ANM com assinatura da licitante.

### 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. É obrigatória a visita ao local da prestação dos serviços por parte dos licitantes, antes da apresentação de suas propostas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Todas as condições locais deverão ser adequadamente observadas nessa visita, quando os licitantes deverão conhecer e equacionar, mediante inspeção preliminar e coleta de informações, todos os dados e elementos

que possam vir a ter influência no desenvolvimento dos trabalhos, bem como nos custos.

7.4. Não serão aceitas solicitações durante os serviços sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados do projeto.

7.5. Na visita, é obrigatória a presença de responsável técnico (engenheiro ou arquiteto) representante da empresa, portando a carteira profissional do CREA e documento que comprove sua representatividade (ex: procuração).

7.6. As visitas serão realizadas antes da data prevista para a entrega das propostas, devendo ser agendadas mediante contato prévio com a Divisão de Infraestrutura Sede – DINSED/SAF, pelo telefone (61) 3312-6829 ou 3312-6998, durante o horário de expediente (das 8:00 às 11:30h e das 14:30 às 17:30 horas).

7.7. Após a visita, será expedido pela ANM o atestado de visita técnica aos locais dos serviços, o qual deverá ser apresentado juntamente com a proposta do licitante.

7.8. O **modelo do Atestado de Visita Técnica** encontra-se anexo a este Termo de Referência.

7.9. Quaisquer dúvidas ou informações necessárias para a execução dos serviços, deverão ser encaminhadas via email para a Administração. As dúvidas deverão ser enviadas dentro do prazo estipulado no edital, antes da data marcada para a abertura das propostas.

## 8. **LOCAL DA COLETA DE DADOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

8.1. Edifício Sede da Agência Nacional de Mineração (ANM) localizado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 01 Bloco B, Brasília-DF.

## 9. **PROGRAMA DE NECESSIDADES**

9.1. Os trabalhos a serem desenvolvidos pela contratada serão divididos na análise da situação atual da edificação, avaliação das demandas a serem atendidas pela edificação de acordo com a legislação e normas técnicas em vigor (considerando para isso flexibilidade na utilização dos espaços para o atendimento de novas demandas não previstas).

9.2. A contratada deverá também promover a correlação dos projetos que necessitem de alterações com os que já foram elaborados em data anterior, podendo utilizar conceitos utilizados nos projetos anteriormente elaborados como ponto de partida para o desenvolvimento de novos projetos e concepções, tendo em vista as restrições à apropriação das ideias da concepção anterior no que se refere aos direitos autorais x propriedade intelectual.

9.3. Nesta linha, os itens a seguir elencam os projetos que deverão ser atualizados e modernizados, bem como descreve sucintamente seu escopo e algumas das intervenções que se farão necessárias.

## 10. **ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO**

10.1. A Contratada deverá elaborar um Projeto Básico para cada etapa para a futura contratação da obra, documento que será utilizado no processo licitatório de cada etapa.

10.2. Sendo assim, os documentos deverão ser elaborados de acordo com os requisitos constantes na:

a) INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão MPOG - Ementa: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

b) Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; e

c) Demais normativos aplicáveis, conforme Estudo Técnico Preliminar.

## 11. **PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS**

11.1. Haverá ocupação do pavimento subsolo do edifício durante todas as etapas da reforma, sendo que o pavimento ocupado não pode sofrer interrupção das atividades rotineiras da ANM. Portanto, deverá ser prevista a logística para o andamento da reforma concomitantemente ao parcial funcionamento do Órgão o que inclui *layout* de mudanças, utilização de sanitários, ligação elétrica e de rede, etc.

11.2. A reforma deve considerar a maior redução de custos possível estando dentro das normas regulamentadoras do Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF), do Ministério do Trabalho e normas de acessibilidade para garantir ambiente de trabalho seguro e funcional. Sendo assim, os materiais e soluções adotadas devem ser simples, duráveis e de fácil manutenção.

11.3. A sala cofre já existente no edifício não deve sofrer qualquer alteração.

11.4. Os projetos devem considerar que a obra será dividida em 3 etapas independentes de forma que possam ser contratadas separadamente:

a) A **primeira etapa** englobará projetos completos referentes à infraestrutura predial que inclui: parte estrutural, climatização (substituição de sistema de ar-condicionado), elétrica e SPDA, cabeamento lógico e telefônico (cabeamentos verticais e horizontais, segregação de alas/andares e *backbone*), referente à adequação de normas do Corpo de Bombeiros que inclui nova escada de incêndio, saídas de emergência, aumento do reservatório de água, entre outros aspectos da norma de segurança contra incêndio as quais o edifício não se encaixa. Englobará também a reforma dos sanitários e copas, incluindo todo o sistema hidrossanitário. Destaca-se que esta etapa deve contemplar ainda um projeto completo para readequar o layout de forma a compatibilizar a ocupação do subsolo do edifício com reaproveitamento da climatização, sistema elétrico e de rede, mobiliário e divisórias existentes.

b) A **segunda etapa** consistirá em projetos para restauração do espelho d'água incluindo floreiras, domos e sistema de filtragem, restauração e modernização da fachada em esquadrias de alumínio (fachadas leste e oeste), restauração das fachadas de concreto (norte e sul). Englobará ainda projeto completo de arquitetura que inclui: substituição de pisos e forros, substituição de divisórias de acordo com projeto de *layout* e mobiliário das áreas ocupadas por pessoal, etc.

c) A **terceira etapa** serão os projetos referentes às áreas comuns do térreo e subsolo: arquivo, recepção, auditório, protocolo, atendimento, almoxarifado, etc e instalação de circuito fechado de monitoramento por câmeras (CFTV).

11.5. A seguir serão apresentados os parâmetros que devem ser adotados para cada projeto.

## 12. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO DE ARQUITETURA

12.1. Intervenção detalhada nos ambientes internos e externos, que lhe são correlatos, definindo uma forma de uso do espaço em função do mobiliário, dos equipamentos e suas interfaces com o espaço construído, alterando ou não a concepção arquitetônica original, para adequação às necessidades de utilização.

12.2. A revisão e atualização do projeto de arquitetura de interiores implicará em alterações como, por exemplo:

a) Modificação na divisão interna com adição ou retirada de paredes e divisórias, incluindo sua quantificação, especificação e detalhamento construtivo, bem como elaboração de memorial descritivo;

b) Substituição dos materiais de acabamento em pisos, forros, divisórias e paredes;

c) Especificação de mobiliário, criando pelo menos 03 opções de marca e modelos de mesmo nível técnico (considerando a necessidade de alternativas para a garantia da concepção estética/funcional frente aos impedimentos legais contra a definição e marcas em procedimentos licitatórios);

d) Elaboração do Projeto de Comunicação Visual do Edifício Sede, considerando o atual Regimento Interno do ANM, bem como adaptação das salas às novas necessidades existentes bem como a perspectiva de aumento dos quadro de servidores; Sanitários, re-especificação de louças, metais, revestimentos e divisórias; e Todas as intervenções necessárias à promoção da Acessibilidade, conforme ABNT NBR 9050 mais recente.

12.3. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: Código de Obras e Posturas Distrital; LEI Nº 2.105. DE 8 DE OUTUBRO DE 1998, Dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal; Plano Diretor Decreto Federal 5.296, de 02.12.2004, ABNT NBR 6.492/94 Representação de projetos de arquitetura; ABNT NBR 13.532/95 Elaboração de projetos de edificações - arquitetura; ABNT NBR 9.050/15 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; Normas internas e Instruções Normativas da Agência Nacional de Mineração; ABNT NR17 – Ergonomia - Publicação D.O.U. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 06/07/78; NBR 12743/1992 – Móveis - classificação; NBR 13960/1997 - Móveis para escritório – Terminologia; NBR 13961/2003 - Móveis para escritório – Armários - Ensaios de estabilidade, resistência e durabilidade; NBR 13966/2008 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio e outros.

12.4. Deverá ainda, fazer parte dos serviços agrupados como “Projeto Arquitetônico”:

a) Elaboração de demais soluções construtivas para a completa reforma do edifício não citadas expressamente (intervenções no telhado, reservatórios, garagem, espelho d'água, urbanização

externa, rampa existente, paisagismo, entre outros;

b) Estudo de Implantação do Canteiro de Obras (layout de tapumes, locação das salas de equipes; locais para estoque, pontos de acesso ao canteiro, eventual o aproveitamento de edificações existentes durante a obra, especificação de transportes verticais, instalações provisórias, inclusive hidráulicas e elétricas e, por fim, elaboração de projeto de demolições e retiradas).

c) Deverá ainda verificar os impactos que irão ocasionar o canteiro de obra bem como a necessidade de aprovação deste projeto perante os órgãos de fiscalização do Governo do Distrito Federal (GDF).

d) Deverá ser orientado conforme os normativos emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e as resoluções emitidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, em especial as Resoluções do CONAMA nº 307/2002 e a nº 01/1986; e

e) Elaboração de Manual de Manutenção; e Maquetes Eletrônicas com, no mínimo, 06 (seis) imagens em formato A3 em papel fotográfico, com vistas internas e externas e ângulos cuidadosamente escolhidos (modelo tridimensional digital do projeto, apresentando materiais com texturas, vegetação, figuras humanas para configurar a escala, com inserção de luzes naturais e/ou artificiais aplicadas ao modelo objetivando deixá-lo o mais próximo possível da realidade).

### 13. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

13.1. Considerando os impactos das alterações de layout, o aumento do número de pontos a serem disponibilizados nos ambientes para o desenvolvimento das atividades laborais da ANM, bem como as observações realizadas pela ANM sobre os projetos, conforme supracitado, haverá a necessidade de elaboração de novo projeto de instalações elétricas.

13.2. Neste sentido, engloba-se nesta definição: a Sala de Quadros Gerais, Subestação e Sala de Geradores, Barramento Blindado, Plug-ins, Quadros, Dispositivos de Proteção, Eletrocalhas e Perfilados, Sistema de Tomadas (força), Sistema de Tomadas Estabilizadas (força estabilizada), Alimentação de Sistema de Climatização, Sistema de Iluminação, Cabos elétricos, Equipamentos, Elaboração de Diagramas unifilares e trifilares, Quadros de Cargas, Relação de Materiais, Planilhas Orçamentárias, Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas, Cronogramas Físico-Financeiros, Aprovações junto à Concessionária de Energia de Brasília.

13.3. A Contratada deverá incluir na elaboração de soluções as tecnologias disponíveis para automação predial, economia de energia elétrica, garantia da segurança dos usuários e instalações, bem como durabilidade e confiabilidade do sistema. Contudo, o custo de tal implantação deve ser analisado para não ser tão dispendioso para a Administração Pública.

13.4. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: NBR 5410-2004 - Instalações elétricas de baixa tensão; NBR 5444-1989 - Símbolos gráficos para instalações elétricas prediais. NBR 13570:1996 - Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos; NBR NM 60669-1:2004 - Interruptores para instalação elétrica fixas domésticas e análogas; ABNT NBR 11515:2007 Guia de práticas para segurança física relativas ao armazenamento de dados, ABNT NBR 15247:2004 Unidades de armazenagem segura - Salas Segura / Datacenter e Segura / Datacenters para hardware - Classificação e método de ensaio de resistência ao fogo, entre outras.

### 14. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO

14.1. Como o layout arquitetônico será mudado, faz-se necessária a elaboração de novo projeto de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio. A revisão e atualização do projeto do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio implica em alterações como, por exemplo, o dimensionamento e distribuição dos componentes dos dispositivos de proteção contra incêndio, como válvulas, detectores, hidrantes, sistema de pressurização / bombas, vasos de pressão, extintores, iluminação de emergência, sprinklers (conforme enquadramento à normas técnicas / CBMDF), comunicação visual, rotas de fuga e previsão de saídas de emergência (incluindo demais disciplinas pertinentes) representados em plantas baixas, cortes, elevações, detalhamentos e legendas.

14.2. Deverá incluir a especificação de componentes, materiais e fabricantes (criando pelo menos 03 opções de marca e modelos de mesmo nível técnico, considerando a necessidade de alternativas para a garantia da operacionalidade, frente aos impedimentos legais contra a definição e marcas em procedimentos licitatórios).

14.3. Ressalta-se que são responsabilidade da Contratada as ações necessárias à aprovação do projeto no Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.

14.4. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: NBR-12693:1993 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio; NBR 9441 NB 926 - Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio; NBR 13714:2000 - Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a

incêndio; NBR 13768-1997 - Porta corta-fogo de emergência; NBR 8222:2005 - Execução de sistemas de prevenção contra explosão e incêndio, por impedimento de sobrepressões decorrentes de arcos elétricos internos em transformadores e reatores de potência, entre outros.

#### **15. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/TELECOMUNICAÇÕES**

15.1. considerando os impactos das alterações de layout, o aumento do número de pontos a serem disponibilizados nos ambientes para o desenvolvimento das atividades laborais da ANM, bem como as observações realizadas pela ANM sobre os projetos, conforme supracitado, haverá a necessidade de elaboração de novo projeto de instalações do sistema de cabeamento estruturado / telecomunicações.

15.2. Neste sentido, engloba-se nesta definição aquelas instalações que serão projetadas de modo a prover uma infraestrutura que permita evolução e flexibilidade para serviços de telecomunicações, sejam de voz, dados, imagens sonorização, controle de iluminação, controle de acesso, além da contemplação de interfaces com demais instalações e mecanismos de automação predial, entre eles sensores de fumaça e combate a incêndios, sistema de segurança, controles ambientais de ar-condicionado e ventilação, elevadores, entre outros.

15.3. Importante ressaltar que já existe implantada Sala Segura / Datacenter, que não deverá sofrer qualquer intervenção.

15.4. Deverá ainda prever a implantação de sala de monitoramento e gerenciamento predial, cujos mecanismos e aparatos tecnológicos deverão possuir interface que permita o controle e operação concentrada dos sistemas, equipamentos e dispositivos instalados no edifício.

15.5. Deverá incluir a especificação de componentes, equipamentos, materiais e fabricantes (criando pelo menos 03 opções de marca e modelos de mesmo nível técnico, considerando a necessidade de alternativas para a garantia da operacionalidade, frente aos impedimentos legais contra a definição e marcas em procedimentos licitatórios).

15.6. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: NBR 14565-2000 - Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada; NBR 13726:1996 - Redes telefônicas internas em prédios - Tubulação de entrada telefônica - Projeto; NBR 13727:1996 - Redes telefônicas internas em prédios - Plantas/partes componentes de projeto de tubulação telefônica, ABNT NBR 11515:2007 Guia de práticas para segurança física relativas ao armazenamento de dados

#### **16. CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS DE INSTALAÇÕES DE CONTROLE DE SEGURANÇA**

16.1. Incluirá elaboração de projeto de um sistema de televisionamento, tipo circuito fechado de TV (CFTV), que distribuirá sinais provenientes de câmeras localizadas em locais a serem definidos, além de sistema de detectores de presença, alarmes perimétricos com acionamento de iluminação de segurança, sensores de abertura de portas, sistema de monitoramento externo com câmeras de visão noturna, e demais sistemas de segurança para dois pontos de supervisão pré-determinados (sala da equipe de segurança e sala da equipe de monitoramento e gerenciamento predial). Deverá ainda contar com infraestrutura de gravação e demais funcionalidades a serem previstos e sugeridos pela projetista.

16.2. Incluirá o dimensionamento, distribuição, e desenho detalhado dos pontos da rede de segurança eletrônica no imóvel e dos dispositivos de distribuição, representados pelas plantas baixas e legendas, a especificação de componentes, equipamentos, materiais e fabricantes (criando pelo menos 03 opções de marca e modelos de mesmo nível técnico, considerando a necessidade de alternativas para a garantia da operacionalidade, frente aos impedimentos legais contra a definição e marcas em procedimentos licitatórios).

16.3. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: ABNT NBR 14565:2012 Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers, ABNT NBR 5410:2004 Versão Corrigida:2008 Instalações elétricas de baixa tensão, NBR 11789:1990 - Cabos para descida de antena, de formato plano, com isolamento extrudado de polietileno termoplástico - Especificação; NBR 10898-1999 - Sistema de iluminação de emergência, NBR 11789:1990 - Cabos para descida de antena, de formato plano, com isolamento extrudado de polietileno termoplástico - Especificação; NBR 10898-1999 - Sistema de iluminação de emergência, ABNT NBR 14565:2012 Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers, ABNT NBR 8182:2011 Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudado de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV — Requisitos de desempenho.

#### **17. REFORMA DAS FACHADAS: ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E CONCRETO APARENTE**

17.1. No intuito de se manter a interface de fachadas da ANM, será necessária a elaboração de projeto para a recuperação dos elementos das fachadas (em esquadrias e em concreto), objetivando manter o padrão pré-existente no Edifício.

17.2. Nesta linha, a projetista deverá avaliar as alternativas para a manutenção das características operacionais e estéticas do sistema de esquadrias existentes, considerando a possibilidade de substituição integral ou parcial das estruturas metálicas em alumínio anodizado, soldas e cabos de aço, vidros laminados, entre outros, mediante estudo de custos e viabilidade técnico-econômica.

17.3. Deve haver ainda avaliação para recuperação das fachadas em concreto prevendo sua limpeza e completa recuperação, mantendo-se o padrão existente.

17.4. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: NBR 8800/2008 - Projeto de Estruturas de Aço e Estruturas Mistas de Aço e Concreto de Edifícios; NBR 10821-2/11 - Esquadrias externas para edificações – Requisitos e Classificação; NBR 10821/11 Caixilhos para edificações - Janelas; LEI Nº 2.105, DE 8 DE OUTUBRO DE 1998, Dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal. LEI COMPLEMENTAR Nº 803, DE 25 DE ABRIL DE 2009, aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. LEI COMPLEMENTAR Nº 854, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012, Atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências.

## **18. IMPERMEABILIZAÇÃO**

18.1. Com o objetivo de realizar a recuperação do sistema de impermeabilização existente no espelho d'água, floreiras e na plataforma localizada frente a via N2 do Edifício Sede da ANM-DF, a empresa contratada deverá elaborar projeto para realização da recuperação de toda a estrutura de impermeabilização. O padrão dos materiais e serviços a serem empregados e executados deverão adotar as tecnologias existentes no mercado normatizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

18.2. O projeto deverá contemplar detalhes construtivos, cortes, determinação das áreas de apoio, bem como reforço nas estruturas, escoramentos, inserção de muretas estruturais de vedação, quando necessários.

18.3. Este projeto deverá atender aos requisitos pré-estabelecidos pelos normativos: NBR 8083 – Materiais de Impermeabilização; NBR 5474 – Execução de Impermeabilização; NBR 9575 - Seleção e Projeto de Impermeabilização; NBR Impermeabilização com Cimento Polimérico; NBR 9952 – Manta Asfáltica com Armadura para Impermeabilização; NBR 9952 – Manta Asfáltica com Armadura para Impermeabilização; e demais normativos vigentes aplicáveis ao caso.

## **19. CADERNO DE ENCARGOS**

19.1. Deverá fazer parte desta contratação a elaboração de conjunto de especificações, critérios, condições e procedimento estabelecidos pelo contratante para a contratação, execução, fiscalização e controle de serviços e materiais. O Caderno de Encargos de Serviços e Obras de Engenharia define os critérios que orientam a execução, incluindo procedimentos, as unidades de medição, a aceitação e/ou recebimento de serviços e obras de engenharia, bem como os procedimentos a serem observados na sua fiscalização.

19.2. O Caderno de Encargos de Materiais define os critérios que orientam sobre as características dos materiais especificados, sua aplicação, aceitação e/ou recebimento, acondicionamento e manuseio, entre outros.

19.3. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: Manual de Obras Públicas e Edificações elaborado pela Secretaria do Estado da Administração e do Patrimônio – SEAP, Práticas DASP - Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985 - estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências, Caderno de Encargos – Editora PINI, Guia da Qualidade dos Processos Construtivos – SENAI/RJ e SINDUSCOM/RJ, entre outros.

19.4. O Caderno de Encargos deverá possuir como anexo o Programa de Segurança do Trabalho (PST), levando em conta as seguintes considerações:

a) Este programa tem como objetivo orientar, desde o início das obras até a efetiva ocupação do Edifício, a segurança do trabalho quanto à prevenção de acidentes e higiene.

b) O PST constitui parâmetro importante, envolvendo a redução de custos humanos e materiais, com consequente melhoria das condições sociais.

c) O PST deve focar a adequação da legislação e das normas técnicas à engenharia de segurança e higiene do trabalho, proteção contra incêndios e explosões, prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações, doenças do trabalho e ambiente, treinamentos, ergonomia, gerenciamento de riscos, proteção ao meio ambiente, controle de ruídos, bem como demais conceitos determinantes pelos normativos emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

d) Os trabalhadores envolvidos na execução da obra deverão receber treinamento sobre a utilização adequada dos Equipamentos de Proteção de Segurança (EPC) e sobre a utilização dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), sendo a carga horária mínima de 6(seis) horas.

e) O PST deverá ser orientado conforme os normativos emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tendo especial atenção para as normas NR 26 - Sinalização de Segurança, NR 23 - Proteção Contra Incêndios, NR 18 - condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e NR-35 – trabalho em altura, entre outras.

## 20. MEMORIAL DESCRITIVO

20.1. Em complemento ao Caderno de Encargos, tanto deverá ser desenvolvido Memorial Descritivo que deverá conter a conceituação do projeto, normas adotadas para a realização dos cálculos, premissas básicas adotadas durante o projeto, objetivos do projeto, definição de métodos, etapas, interdependências, bem como o detalhamento das características dos materiais a serem empregados na execução dos serviços, bem como demais detalhes necessários à compreensão abrangente do projeto.

20.2. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: NBR 12721 - Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio - Procedimento; DECRETO Nº 92.100, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1985, estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências.

## 21. ORÇAMENTO ANALÍTICO DA OBRA

21.1. Deverá ser elaborado pela contratada o orçamento analítico da obra, utilizando como referencial a Estrutura Analítica do Projeto (EAP) ou "Work Breakdown Structure" (WBS).

21.2. Deverá ser composto de unidade, quantidade, composição do preço unitário e preço total, sendo vedada a utilização de unidades genéricas, como verba, serviço, pacote, entre outros, conforme orientações dos órgãos de controle (TCU e CGU), no formato de planilha eletrônica, impressa e em mídia, devidamente acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

21.3. Por sua vez, a composição do preço unitário deverá ser apresentada com as unidades, quantidades, preços unitários e preço total de cada um dos seus componentes. Posteriormente, são acrescidas as Leis Sociais (LS) sobre a mão de obra e os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) sobre materiais e mão de obra, formando assim o preço de venda de cada serviço, individualmente, os quais deverão observar como custos máximos unitários os constantes do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, atendendo às recomendações da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2013, Lei Federal nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.

21.4. Nas composições de preço unitário deverão ser considerados como custos máximos dos insumos os constantes do SINAPI, atendendo às recomendações da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2013, Lei Federal nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.

21.5. No caso de serviços que não possuam composições de custo unitário no SINAPI, a Contratada deverá utilizar, sempre que possível, os custos unitários dos insumos do SINAPI, SICRO, ou em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado, conforme Art. 102 da Lei Federal nº 12.708.

21.6. Além dos requisitos da Lei Federal nº 12.708, deverão ser observados para a elaboração do orçamento analítico os seguintes referenciais: NBR 12721 - Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio - Procedimento; DECRETO Nº 92.100, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1985, estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências, TCPO – Tabela de Composições de Preços para Orçamentos, Ed. PINI, entre outras.

21.7. Por fim, sempre que se fizer necessária a adoção de custos de mercado, a contratada deverá anexar ao compêndio, no mínimo, 3 orçamentos formais de referência, sendo o preço adotado a média aritmética destes.

## 22. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANEJAMENTO DA OBRA

22.1. Considerando a inter-relação entre planejamento e orçamento, a Contratada deverá elaborar o Cronograma Físico-Financeiro da obra, considerando o prazo máximo de 12 meses para a sua conclusão, considerando o edifício ocupado. O objetivo é apropriar com confiabilidade os custos das etapas em função de sua execução no tempo, informando a lógica de consumo de recursos para uma estratégia de execução adotada.

22.2. Para tanto, a contratada deverá lançar mão de técnicas de planejamento, entre as quais cita-se: PERT-CPM, diagrama de barras, linhas de balanço, entre outros, cujo resultado deverá ser apresentado formalmente no

compêndio dos documentos deste item.

22.3. Para cada etapa, deverá expressar visualmente a programação das atividades que serão realizadas durante a construção. Deverá demonstrar a inter-relação entre as atividades em semanas para melhor visualização da obra, contemplando a duração de serviços específicos assim como as fases mais gerais da obra.

22.4. Para tanto, a Contratada deverá observar, entre outros, as seguintes referências legais e normativas: NBR 12721 - Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio - Procedimento; DECRETO Nº 92.100, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1985, estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências, Project Management Body of Knowledge – PMBOK.

22.5. Destaca-se ainda que novos projetos deverão ser executados combinando a perspectiva dos projetos existentes, elaborando uma nova concepção dos que estão sendo contratados.

22.6. Entretanto, **deverá fazer parte dos trabalhos a serem desenvolvidos pela contratada a atualização de preços unitários dos serviços referentes à Estrutura, Fundações e Instalações Hidráulicas, incluindo a elaboração de composições de custo unitário, além da inclusão de seus aspectos correlatos no Caderno de Encargos, Memorial Descritivo, Planejamento e Cronograma Físico-financeiro**, conforme características e documentos de referência de autoria das projetistas.

22.7. Neste aspecto, será entendido como atividade intrínseca à presente contratação, as análises técnicas e de gerenciamento para a garantia da compatibilização dos projetos.

## 23. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

23.1. **Parte 01 - Estudo preliminar:** Estudo do problema para determinação da solução de implantação e partido a serem adotados, **considerando-se que a obra deverá ser executada em 3 etapas (descritas no item 11.4).** Vistoria *in-loco* do Edifício Sede da ANM no intuito de levantar os dados técnicos para elaboração do Programa de Necessidades, Estudo de Viabilidade Técnica, Organograma da Autarquia, coleta de informações para elaboração dos projetos citados, verificação do atual estado da infraestrutura da ANM, consulta aos órgãos do Distrito Federal para conhecimento de alterações decorrentes de determinações legais, bem como demais dúvidas surgidas.

23.2. **Parte 02 - Anteprojeto:** Representação técnica avançada do Estudo Preliminar aprovado pela Contratante, apresentada através de desenhos de computação gráfica [tipo Autocad] em escalas adequadas; perspectivas manuais e maquetes eletrônicas; fotografias e outros elementos gráficos compatíveis, dividido em 3 etapas. Cada etapa será entregue conforme cronograma descrito no item 26. referente a prazo de execução dos serviços. Juntamente, será apresentado o Relatório Técnico apresentando o diagnóstico da situação atual, as intervenções necessárias e o resultado esperado.

23.3. **Parte 03 - Projeto legal:** Representação técnica avançada do Anteprojeto aprovado pela Contratante, compreendendo: Desenhos técnicos definitivos contendo as informações básicas necessárias à análise e aprovação, pelas autoridades competentes, da concepção da edificação, dos seus elementos e instalações. Apresentação do orçamento com o máximo de precisão possível para esta fase (incluindo composição de custo unitário).

23.4. **Parte 04 - Projeto executivo e entrega de documentos:** Entrega Definitiva dos Projetos Básicos, Executivos e seus respectivos documentos da Reforma Geral do Edifício Sede da ANM para cada etapa, contemplando as aprovações perante os órgãos federais e distritais para que seja realizado o processo licitatório de Reforma e Modernização do Edifício Sede da ANM. A aprovação de cada etapa será apresentada separadamente.

## 23.5. OBSERVAÇÕES:

a) Para cada etapa descrita deverá constar documento no qual a Equipe de Fiscalização emitirá a autorização para recebimento da respectiva etapa.

b) No processo e lançamento de projetos nas pranchas deve ser levada em conta a conjuntura separada de cada projeto, evitando assim, a excessiva sobreposição de pranchas, permitindo a visualização de cada projeto isolado dentro da planta arquitetônica.

c) No tocante ao lançamento da infraestrutura de cada projeto, deve considerar os projetos como um conjunto, no que se refere ao momento de elaboração, permitindo a interatividade entre projetos, porém, garantindo a visualização limpa de cada prancha.

d) No processo executivo dos projetos deve ser considerado que a reforma predial será executada em 3 etapas, permitindo que sejam executados em concomitância de frentes de trabalho.

e) Deverá ser entregue caderno contendo todos os memoriais de cálculo adotados para os projetos que forem dimensionados pela contratada para cada etapa, bem como a justificativa técnica de se adotarem os coeficientes de dimensionamento.

f) Os projetos de cada disciplina específica, contendo as plantas baixas, cortes, vistas e detalhes, bem como outros elementos gráficos não citados, deverão estar nas escalas 1:20, 1:50 e 1:100, conforme a situação, impressos em papel sulfite, comum, ou similar, em formato A0, A1 e A2, com as devidas proteções em suas extremidades. Este deverão ser devidamente identificados entregues em 02 (duas) vias impressas juntamente com CD's ou pen drive contendo os projetos digitalizados em formato dwg sem bloqueio, permitindo leitura no software AutoCAD versão 2009.

#### 24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

24.1. O preço estimado foi baseado no Painel de Preços do Governo Federal bem como no SINAPI, conforme demonstra quadro a seguir:

Item	Descrição	Etapas	R\$/m²	Metragem quadrada	Preço total
1	Estudo Preliminar: Programa de necessidades, Estudo de viabilidade Técnica, Coleta de informações para elaboração dos projetos	1ª	112,04	120h	R\$ 13.444,80
2	Projetos de Arquitetura (layout para ocupação do subsolo, considerando reaproveitamento de divisórias, mobiliário e sistema elétrico e de rede)		3,50	1.000,00	R\$ 3.500,00
3	Projeto estrutural (escada de incêndio, caixa d'água, etc.) de acordo com as normas dos Bombeiros		6,00	873,00	R\$ 5.238,00
4	Projeto do sistema elétrico e SPDA (quadros, cabos, tomadas, iluminação, iluminação de emergência, para-raios, etc), com aproveitamento do gerador de emergência existente		3,00	9.482,25	R\$ 28.446,75
5	Projeto do cabeamento de rede/telecomunicações		3,00	9.482,25	R\$ 28.446,75
6	Projeto de climatização		3,00	9.482,25	R\$ 28.446,75
7	Projeto hidrossanitário (copas, banheiros, sistemas de hidrantes, caixa d'água, etc)		3,00	9.482,25	R\$ 28.446,75
8	Orçamento 1ª etapa		112,04	120h	R\$ 13.444,80
9	Memorial descritivo e especificações da 1ª etapa		112,04	120h	R\$ 13.444,80
TOTAL 1ª ETAPA (sem BDI)					R\$ 162.859,40
TOTAL 1ª ETAPA (com BDI)					R\$ 198.737,08
9	Projeto para restauração do espelho d'água (impermeabilização do espelho d'água; recuperação de domos e floreiras, sistema de filtragem de água e afins)	2ª	2,18	2.092,00	R\$ 4.560,56
10	Projeto para restauração de fachadas de concreto		3,50	3.636,00	R\$ 12.726,00
11	Projeto para restauração de fachadas em esquadria de alumínio		2,18	48.212,60	R\$ 105.103,47
12	Projeto de Arquitetura (definição/atualização de novos: layout, mobiliário, pisos, forro, cobertura, paredes, paisagismo, etc)		3,50	9.482,25	R\$ 33.187,88
13	Orçamento 2ª etapa		112,04	160h	R\$ 17.926,40
14	Memorial descritivo e especificações da 2ª etapa		112,04	160h	R\$ 17.926,40

TOTAL 2ª ETAPA (sem BDI)					R\$ 191.430,70
TOTAL 2ª ETAPA (com BDI)					R\$ 233.602,59
15	Projeto de compatibilização do térreo e subsolo (protocolo, sala do cidadão, recepção, auditório, almoxarifado, arquivo, etc)	3ª	2,18	4.221,81	R\$ 9.203,55
	Projeto de iluminação da areas circundantes ao Edifício		2,18	2.206,75	R\$ 4.810,72
16	Projeto de instalação de CFTV		-	-	R\$ 6.450,00
17	Orçamento 3ª etapa		112,04	80h	R\$ 8.963,20
18	Memorial descritivo e especificações da 3ª etapa		112,04	80h	R\$ 8.963,20
TOTAL 3ª ETAPA (sem BDI)					R\$ 38.390,66
TOTAL 3ª ETAPA (com BDI)					R\$ 46.848,06
TAXAS (ART, AGEFIS, etc.)					R\$ 8.139,72
22,03%	Total sem BDI				R\$ 400.820,48
	BDI (20,83%)				R\$ 88.300,14
	Total com BDI				R\$ 489.120,62
	Área total do edificio ANM/SEDE	9.482,25		m²	

24.2. Os preços de elaboração de orçamento e memorial descritivo foram baseados no SINAPI/ Dez 2018 planilha desonerada para quantidade de horas de Engenheiro Sênior (Código: 90779)

24.3. Os preços dos projetos foram baseados no Painel de Preços do Governo Federal, considerando-se a mediana, conforme demonstrativos em anexo: Doc SEI nº 0431176, 0431177, 0431178, 0431179, 0431180, 0431182

24.4. Sendo assim, o **preço estimado total é de R\$ 489.120,62 (quatrocentos e oitenta e nove mil cento e vinte reais e sessenta e dois centavos)**

## 25. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

25.1. A ANM constituirá uma equipa denominada “Comissão de Fiscalização” que terá a atribuição de verificar o andamento dos trabalhos realizados pela contratada, bem como aprovar a conclusão de etapas, solicitar alterações, entre outras elencadas na Lei Federal 8.666/93.

25.2. A Comissão de Fiscalização também será responsável pela realização de reuniões com a contratada para o bom andamento dos serviços.

25.3. Os trabalhos deverão seguir os padrões pré-estabelecidos pela legislação do governo federal, bem como ao Decreto nº 92.100/85; o disposto no capítulo X – Dos Custos de Obras e Serviços de Engenharia - da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 12.708/2012; à Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997; às normas vigentes da ABNT; ao Código de Obras do DF; às normas e recomendações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e dos demais órgãos públicos federais e ou do DF.

25.4. Os trabalhos só poderão considerados aprovados após o aval da “Comissão de Fiscalização”, a qual emitirá relatório aprovando as etapas do projeto analisado, além de se configurar como núcleo competente para o direcionamento das atividades do projeto, emissão de autorizações para pagamento, entre outros correlatos.

25.5. Deverão ser apresentados para a Comissão de Fiscalização os seguintes documentos no recebimento para cada etapa: memoriais de cálculo; memoriais descritivos; especificações técnicas; planilha de custos contendo a referência de preço SINAPI ou, quando não existente, o local de pesquisa de mercado; orçamentos; cronograma físico-financeiro detalhado em semanas demonstrando a interposição de atividades; Apresentação de Cronograma de atividades PERT-CPM; bem como o detalhamento dos projetos, cortes, plantas baixas atualizadas, e demais procedimentos que se tornem necessário para melhor esclarecimento dos projetos.

25.6. Os desenhos que contenham as plantas baixas, cortes, fachadas, detalhes, coberturas, projetos elétricos, hidrossanitários, telefônicos, Cabeamento estrutura para Informática e os detalhes dos mobiliários deverão ser apresentados em escala conforme os padrões pré-estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de modo a permitir adequada visualização.

25.7. Os trabalhos que receberem o aval para finalização pela fiscalização deverão ser apresentados em 02(dois) CD's ROM ou pendrive, com todo o material técnico digitalizado, sendo os desenhos em extensão DWG e PDF e uma cópia impressa de cada projeto. Os documentos em texto deverão estar em formato de leitura Microsoft Office 2007, AutoCad 2009.

25.8. A medição será realizada conforme cronogram físico-financeiro do ANEXO I

## 26. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

26.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

26.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados

26.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

26.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

26.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

26.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

26.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

26.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

26.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do empreendimento.

26.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica.

26.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

26.12. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

26.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

26.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

26.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

26.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 26.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 26.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 26.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 26.20. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
  - b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 26.21. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 26.22. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão;
- 26.23. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 26.24. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 26.25. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 26.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 26.27. Manter preposto aceito pela Contratante para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 26.28. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 26.29. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 26.30. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos.
- 26.31. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 26.32. Constar em projeto a comprovação de procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

26.33. Constar em projeto as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros; resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

26.34. Constar em projeto que a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

26.35. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverá constar em projeto que deverão ser utilizados agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

26.36. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

26.37. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

- 26.38. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 26.39. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 26.40. Efetuar as Anotações de Responsabilidade Técnicas dos Projetos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com ônus à contratada.
- 26.41. Efetuar todos os trabalhos seguindo rigorosamente as especificações constantes no Anteprojeto Básico dentro do prazo estipulado, observando a boa técnica de execução e as normas pertinentes.
- 26.42. A Contratada deverá se responsabilizar por quaisquer danos ou prejuízos causados à ANM-DF, em decorrência da vistoria na Edificação da ANM, incluindo-se também os danos causados a terceiros, à que título for.
- 26.43. A Contratada será obrigada a refazer os trabalhos que não forem realizados a contento, sem ônus para a ANM-DF. Os projetos rejeitados deverão ser refeitos corretamente, com o emprego de técnicas adequadas e seguindo os padrões normativos par ao ramo da área de engenharia, arcando a Contratada com o ônus decorrente do fato.
- 26.44. A Contratada deverá ter a frente dos serviços, uma equipe de profissionais qualificados e diplomados na qualidade de Responsáveis Técnicos, devidamente habilitados, os quais serão responsáveis pela execução dos projetos, designando um preposto para manter canal direto de comunicação com a equipe de fiscalização.
- 26.45. A Contratada ficará obrigada a executar os serviços especificados neste Anteprojeto Básico, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Fiscalização.
- 26.46. A Contratada fornecerá, além da mão-de-obra, todo o material e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte. As despesas com equipamentos, combustíveis, fretes, viagens, transportes horizontais ou verticais, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc., bem como providências quanto à legalização do serviço perante os órgãos competentes, correrão por conta da Contratada.
- 26.47. A Contratada manterá, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal e fornecerá, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, tais como vales-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios necessários ao bom e completo desempenho de suas atividades.
- 26.48. A Contratada deverá apresentar à equipe de Fiscalização, no ato da conclusão dos serviços, duas vias contendo os projetos impressos e aprovados perante os órgãos federais/distritais competentes – **IPHAN, CBMDF, GDF, SPU**, bem como as **ART's** devidas de cada projetista responsável.
- 26.49. Manter seguro de seus empregados contra riscos e acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelo pagamento de adicional de periculosidade e/ou insalubridade. Deverá recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes sobre os serviços contratados.
- 26.50. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica do trabalhador, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências da ANM-DF.
- 26.51. Acatar todas as orientações da Fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.
- 26.52. Não ceder ou transferir os serviços objeto deste Anteprojeto Básico a pessoas ou empresas alheias ao contrato.
- 26.53. Atender às normas de segurança e demais regulamentos em vigor nas dependências da ANM-DF.
- 26.54. A empresa Contratada deve fornecer o cronograma físico-financeiro e o cronograma de execução de acordo com as etapas de pagamento exigidas nesta especificação, sendo que a distribuição da execução dos serviços no cronograma físico-financeiro deverá ser apresentada de maneira onde se tenha a visualização dos trabalhos mensalmente.
- 26.55. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da ANM-DF não eximirá a Empresa de total responsabilidade pela má execução dos serviços objeto do contrato.
- 26.56. A Empresa responderá por danos ou desaparecimento de bens materiais, de acordo com o Parágrafo Primeiro do art. 54, combinado com o inciso VII do art. 55 e do art. 70, da Lei nº 8.666/93 e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiro ou à ANM, desde que fique comprovada a responsabilidade.

26.57. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

26.58. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

26.59. Apresentar detalhamento dos itens constantes na porcentagem de Lucro e Despesas Indiretas, excluindo-se do mesmo os tributos relativos a Imposto de Renda, Administração local e quaisquer outros que vão de encontro à jurisprudência adotada pelo Tribunal de Contas da União.

26.60. Apresentar na sua proposta de licitação o detalhamento unitário dos custos que foram considerados, bem com o quantitativo de profissionais envolvidos, o custo horário de cada profissional, a carga horária demandada por cada profissional e os custos direta e indiretamente envolvidos no projeto, trazendo seu detalhamento.

## 27. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

27.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

27.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

27.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

27.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro sendo realizadas as tarefas.

27.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

27.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

27.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

27.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

27.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada

27.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

27.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

27.12. Facilitar o acesso da contratada aos locais onde serão executados os serviços e levantamentos para a contratada.

27.13. Fiscalizar as alterações realizadas nos Projetos Executivos por meio de equipe técnica denominada Comissão de Fiscalização, aprovando ou impugnando as alterações realizadas pela contratada.

27.14. Solicitar a substituição dos empregados que não estiverem desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Contrato, exercendo a mais ampla e completa fiscalização sobre os

serviços, diretamente ou por prepostos designados.

27.15. Fiscalizar o cumprimento, pela Contratada, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do Contrato.

27.16. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às instalações do Edifício Sede da ANM/DF, exclusivamente para execução dos serviços, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados pela Administração.

27.17. Aprovar os trabalhos realizados pela contratada que forem executados conforme disposições previstas neste Termo de Referência, bem como alterações solicitadas pela Comissão de Fiscalização.

27.18. Rejeitar os trabalhos que não forem realizados conforme as definições pré-estabelecidas neste Anteprojeto Básico.

27.19. Designar equipe de servidores para atuarem como **Comissão de Fiscalização**, a qual terá atribuições de verificar a qualidade técnica dos trabalhos desempenhados bem com aceitar ou rejeitar o serviços executados.

27.20. Designar servidor para atuar como **Gestor do Contrato bem como seu substituto**, os quais ficarão responsáveis pelo controle dos prazos de vigência contratual, verificação da regularidade documental no que se refere ao pagamento das Notas Fiscais que serão emitidas pela contratada e a situação de regularidade cadastral exigida às pessoas jurídicas que celebrem contrato com a Administração Pública Federal.

## 28. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

28.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 29. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

29.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

29.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

29.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

29.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

29.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

29.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

29.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

29.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

29.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III, ou outro instrumento

substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

29.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

29.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

29.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

29.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

29.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

29.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

29.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

29.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

29.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

29.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 30. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

30.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

a) Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

b) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

c) A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

30.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal e/ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

30.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

30.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

30.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

30.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

30.2.5. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

30.3. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato. Assim, quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

30.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

30.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

30.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

30.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### 31. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

31.1. A empresa deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado pela respectiva Certidão de Registro no CREA ou CAU, de que tenha executado satisfatoriamente:

31.2. Serviços semelhantes ao disposto neste escopo, conforme as especificações do quadro a seguir:

Descrição	Metragem quadrada existente	Metragem quadrada mínima requerida em certidão
Projetos de Arquitetura	9.482,25	4.741,13
Projeto estrutural em concreto armado	873,00	436,50
Projeto hidrossanitário	9.482,25	4.741,13
Projeto do sistema elétrico	9.482,25	4.741,13
Projeto do cabeamento de	9.482,25	4.741,13

rede/telecomunicações		
Projeto de climatização	9.482,25	4.741,13

31.3. **Certidão de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA ou CAU**, onde deverá constar o nome dos Responsáveis Técnicos indicados na declaração de responsabilidade e objetivo social da empresa.

31.4. **Declaração de responsabilidade técnica**, na qual deverá constar a qualificação do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) para execução do serviço de qualificação de **engenharia ou arquitetura**. A declaração deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, o(s) responsável(is) técnico(s) deverá(ão), comprovadamente, fazer parte do quadro da empresa, sendo admitido o instrumento de prestação de serviços por contrato com firma reconhecida em cartório competente.

31.5. **Atestado de Visita Técnica** expedido pela ANM/DF comprovando a presença do responsável técnico ao local.

31.6. Devem ser observados outros itens de qualificação técnica requeridos no Edital.

## 32. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

32.1. O prazo de execução dos serviços será dividido para cada etapa conforme quadro a seguir:

Prazo para execução dos projetos							
Etapa	Parte 1 (semanas)	Parte 2 (semanas)	Parte 3 (semanas)	Parte 4 (semanas)	Total (semanas)		
1ª	2	3	3	4	12	3	meses
2ª	-	12	8	8	28	7	meses
3ª	-	2	2	4	8	2	meses
TOTAL (semanas)					48	12	meses

32.2. Para ver especificações das etapas, ver item 7.4

32.3. Para ver especificação das partes ver itens 19.1, 19.2, 19.3, 19.4.

32.4. Prazo total para entrega de todos os projetos 12 meses, porém haverá um recebimento por cumprimento de etapa.

## 33. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SIASG

33.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados à ANM no Orçamento Geral da União para o exercício de 2019, a cargo da Agência Nacional de Mineração com PROGRAMA DE TRABALHO: 22122211915AL0001; PTRES: 148902 ; ELEMENTO DE DESPESA: 4490.51.80 (Estudos e Projetos) e SIASG: 2006-0, conforme informado pelas áreas demandantes que constam em processo.

## 34. PAGAMENTO

34.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

34.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

34.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

34.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

34.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

34.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período de prestação dos serviços; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

34.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

34.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada: não produziu os resultados acordados; deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

34.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

34.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

34.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

34.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

34.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

34.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

34.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

34.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

34.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

34.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

34.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = ( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	--

34.17. O pagamento será feito mensalmente sendo considerada uma retenção de 10% a cada fatura, o que será pago após o recebimento definitivo de todos os projetos, conforme cronograma a seguir:

Etapa	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	Total
1ª	10,42%	6,25%	8,33%										25,00%
2ª	-			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%			58,33%
3ª	-										8,33%	8,33%	16,67%
													100,00%

34.18. Para cada entrega considerar a redução de 10% por fatura.

34.19. Constatando-se adequada a execução de cada etapa, com o aval da Fiscalização, pagamento dos serviços de engenharia prestados será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente a sua realização, mediante a apresentação, pela empresa contratada, da respectiva Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviços, devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato. Esta deverá estar acompanhando dos seguintes documentos:

- Comprovante do recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados;
- Comprovante do recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
- Comprovante do pagamento de salários previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- Comprovante de fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação, quando cabível;
- Comprovante do pagamento de 13º, quando cabível;
- Comprovante da concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, quando cabível;
- Comprovante do encaminhamento das informações trabalhistas – RAIS E CAGED;
- Apresentação de Nota Fiscal;
- Apresentação de comprovantes de Regularidade Fiscal, Comercial, Trabalhista e Previdenciária.

34.20. Havendo erro na emissão da Nota Fiscal, esta será devolvida à empresa Contratada, devidamente protocolada pelo Gestor do Contrato, para a devida correção. Na ocorrência do disposto, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a contratante.

### 35. REAJUSTE

35.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

35.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice conforme definido em contrato exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

35.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

35.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

35.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

35.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

35.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

35.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 36. GARANTIA DA EXECUÇÃO

36.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual,

em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

36.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

36.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

36.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

36.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

36.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

36.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

36.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

36.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

36.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de conforme estipulado em contrato, contados da data em que for notificada.

36.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

36.12. Será considerada extinta a garantia:

36.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

36.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

36.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

36.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

36.15.

## 37. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

37.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

37.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

37.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

37.2.2. **Multa de:**

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

37.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

37.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

37.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

37.3. As sanções previstas nos subitens 37.2.1, 37.2.2, 37.2.3, 37.2.4 e 37.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

37.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

37.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

37.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

37.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

37.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

37.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### 38. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

38.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

38.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

38.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão conforme o item "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" deste Termo de Referência entre outros preceitos definidos em Edital

38.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

a) **Valor Global: R\$ 489.120,62 (quatrocentos e oitenta e nove mil cento e vinte reais e sessenta e dois centavos)**

b) Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa.

c) Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos ao edital.

38.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

38.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

### 39. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

39.1. Os trabalhos desenvolvidos pela contratada está regido pelo âmbito das normas determinantes para a Administração Pública Federal e Distrital, bem como os seguintes normativos:

- a) [CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1998](#), artigo 5º, incisos XXVII e XXVIII;
- b) [DECRETO Nº 92.100, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1985](#), estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências;
- c) [LEI FEDERAL Nº 8.666/93](#), Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- d) [LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998,](#) altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências;
- e) [LEI Nº 2.105. DE 8 DE OUTUBRO DE 1998](#), Dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal; \_
- f) [LEI COMPLEMENTAR Nº 803, DE 25 DE ABRIL DE 2009](#), aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências;
- g) [RESOLUÇÃO Nº 1.029, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010](#), Estabelece normas para o registro de obras intelectuais no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea;
- h) [LEI COMPLEMENTAR Nº 854, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012](#), Atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências;
- i) [LEI Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012](#), Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências; e

j) Normas vigentes emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas; pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF); pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); obedecer ao atual Código de Obras do DF, bem como demais órgãos públicos federais e Distritais.

#### 40. DISPOSIÇÕES GERAIS

40.1. Serão da propriedade da ANM todos os projetos e documentos componentes do Reestudo do Projeto Executivo da Reforma Geral e Modernização do Edifício Sede do ANM, elaborados pela empresa contratada.

40.2. Toda nova matéria contida nos projetos, especificações, memoriais, orçamentos, cronogramas, etc. elaborados pela empresa contratada será de sua inteira responsabilidade, a menos que seja devidamente ressalvada nos termos definidos em sua proposta e aprovada pelo ANM.

40.3. Deverão estar inclusos no Preço Proposto pela empresa contratada todos os custos fiscais com emissão de notas e todos os encargos trabalhistas da equipe técnica pertinente à empresa, envolvida na elaboração dos trabalhos, assim como os custos com materiais, softwares, cópias, fretes, transportes, alimentação e demais despesas provindas da legislação trabalhista para a execução desses trabalhos.

40.4. Todos os projetos existentes do Edifício Sede do ANM serão fornecidos por esta Agência Nacional de Mineração ao interessado licitante sempre que forem solicitados, devendo as cópias serem providenciadas pelas empresas licitantes.

#### 41. ANEXOS

41.1. Anexo I: Planilha (em *Excel*) contendo: DEMONSTRAÇÃO DE CUSTOS ESTIMADOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (Doc. SEI nº 0466626)

41.2. Anexo II: Planilha (em *Excel*) ORÇAMENTO ESTIMATIVO - a ser preenchida pela empresa para demonstração dos custos totais e unitário (Doc. SEI nº 0466631)

41.3. Anexo III: Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (Doc. SEI nº 0458585)

41.4. Anexo IV: Modelo de Atestado de Visita Técnica (Doc. SEI nº 0458587)

41.5. Anexo V: Modelo de Ordem de Serviço (Doc. SEI nº 0458588)

Favor desconsiderar o Doc. SEI nº 0466576



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Martino Caldeira, Chefe de Divisão de Infraestrutura Sede**, em 08/04/2019, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.anm.gov.br/autenticidade](http://www.anm.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **0476756** e o código CRC **4DC39071**.